

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

William Araújo da Rosa

O SILÊNCIO DOS MENINOS:

Uma etnografia sobre abusos sexuais vividos por homens

Florianópolis

2022

William Araújo da Rosa

O Silêncio Dos Meninos:

Uma etnografia sobre abusos sexuais vividos por homens

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Antropologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina apresentado como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Antropologia Social.

Orientadora: Profa. Dra. Flavia Medeiros Santos

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra

Rosa, William Araújo

O silêncio dos meninos : Uma etnografia sobre abusos sexuais vividos por homens /William Araújo Rosa ; orientador, Flavia Medeiros Santos, 2022.

54 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Antropologia, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Antropologia. 2. abuso sexual. 3. masculinidade. 4. etnografia. 5. violência. I. Santos, Flavia Medeiros. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Antropologia. III. Título.

William Araújo da Rosa

O SILÊNCIO DOS MENINOS:

Uma etnografia sobre abusos sexuais vividos por homens

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel em Antropologia e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 02 de setembro de 2022.

Prof. Bruno Mafra Ney Reinhardt, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Profa. Flavia Medeiros Santos, Dra.
Orientadora
Instituição UFSC

Prof.(a) Alinne Bonetti, Dra.
Avaliadora
Instituição UFSC

Prof. Everton Rangel, Dr.
Avaliador
Instituição Museu Nacional/UFRJ

A todas e todos os sobreviventes.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a cada professora/professor que tive durante minha graduação. Sou muito grato por ter encontrado cada um desses seres incríveis. Suas forças, seus saberes, suas inteligências foram fontes de muita inspiração, não somente na formação, mas especialmente na vida.

Agradeço à professora Flavia Medeiros Santos pela sua orientação e por sua paciência. Nos últimos momentos deste processo, foram as conversas com ela que inspiraram e motivaram a finalização deste trabalho.

Gostaria de agradecer à Universidade Federal de Santa Catarina. Foi uma felicidade imensa ter o prazer de poder cursar o bacharelado em Antropologia Social nesta instituição. Que as universidades federais sigam com força, que a sociedade em geral reconheça a importância e grandiosidade desses lugares. Que a universidade se abra cada vez mais para a comunidade. E que cada vez mais pessoas pobres possam acessar esses espaços.

Gostaria de agradecer a todos os lugares e servidores que fazem a UFSC no dia a dia. Aos terceirizados, a cada um que mantém essa estrutura.

Agradeço à minha família, que eu amo muito: Maria Geni, Tamires, Sandra, Luana, Gustavo, Cândida, Val, Cecília e Lulu. Agradeço também ao Diego, ao Jardel e ao Gabriel. Sem a força de vocês, essa caminhada com certeza seria mais dolorosa.

Agradeço ao meu amor, Bernardo. Por sua paciência, por seu companheirismo, por viver comigo o doce e o amargo da vida. Por acreditar em mim e pela inspiração de ser e estar no mundo. Te amo nas coisas mais simples.

Agradeço também aos amigos, a todos vocês. Se tem uma coisa que me deixa feliz e a que dou muito valor são os momentos que passamos juntos. Sou muito grato a vocês: Lari, Lou, Muri, Isa, Bea, Bruno, Leti, Angelo, Anna, Marco, Dimas, Juh, Marlon, Maria, Mah, Natássia. Aos colegas de graduação agradeço também: Guilherme, Cammila, Jacque, Andressa, Silvia, Duda, Fernando, Marlon.

Agradeço à amiga Edilma, que foi uma inspiração para mim. Sempre me fez acreditar no que fazemos, sempre foi uma referência de pesquisadora.

Agradeço também aos colegas de trabalho, ao Rodrigo, à Angela, à Flávia, ao Matheus, agradeço pelo apoio e companheirismo de vocês.

Agradeço às pessoas que ajudaram a construir este trabalho, aos interlocutores e às suas esposas (sem elas, provavelmente eu teria muito menos material).

Agradeço àquelas pessoas que contribuíram parcialmente, indiretamente ou mesmo a sua não-contribuição.

Agradeço às autoras e aos autores e suas produções.

Agradeço à cidade de Florianópolis por sua natureza, pelas pessoas, pelos cheiros e pelas sensações.

Agradeço aos meus gatos, por trazer tanto amor e afeto para o dia a dia, por serem tão companheiros e por suas doses de fofura diárias e incansáveis.

Estive revendo os aborrecimentos que tive esses dias (...). Suporto as contingências da vida resoluta. Eu não consegui armazenar para viver, resolvi armazenar paciência.

Carolina Maria de Jesus

RESUMO

Este trabalho buscou escutar e aprender com as narrativas criadas por homens que viveram abusos, violências ou experiências sexuais durante a infância ou começo da adolescência, e que em muitos casos viveram em silêncio por um longo tempo. Como uma etnografia dos porões, o texto é resultado de uma causalidade de conversas e relações que foram levando o pesquisador a cada encontro com essas histórias de vida. Diante de um grande índice de subnotificação dos casos envolvendo vítimas masculinas, buscaram-se alternativas para lidar com as dificuldades de um campo não tão ortodoxo, abordando um assunto tão delicado. A sexualidade de diversas formas pode se tornar um tabu, portanto este texto só se fez possível pelo encontro de pessoas dispostas a navegar juntas por águas tão profundas e por vezes tão turbulentas.

Palavras-chave: Antropologia. Sexualidade. Violência sexual. Abuso sexual.

ABSTRACT

This work sought to listen and learn from the created narratives by men who lived through abuse, violence or sexual experiences during childhood or early adolescence, and who in many cases lived for a long time in silence. As an ethnography of the cellars, the text is the result of a causality of conversations and relationships that led the researcher to each encounter with these life stories. Faced with a great underreporting of cases involving male indexes, alternatives were sought to deal with the difficulties of a not so orthodox field, addressing such a delicate subject. Sexuality in different ways can become taboo, so this text was only made possible by the meeting of people willing to sail together through waters so deep and sometimes so turbulent.

Keywords: Anthropology. Sexuality. Sexual Violence. Sexual Abuse.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição dos crimes por faixa etária.	24
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. UMA CONTEXTUALIZAÇÃO ESTATÍSTICA DA VIOLÊNCIA SEXUAL NO BRASIL	20
2. O ABUSO SEXUAL DOS MENINOS.....	27
2.1. De vítima a abusador.....	28
3. EVENTOS COSTURADOS OU UMA ETNOGRAFIA DOS PORÕES	31
3.1. A história deGuilherme.....	36
CONCLUSÃO.....	46
REFERÊNCIAS	49
ANEXO I.....	51
ANEXO II.....	52
ANEXO III.....	53
ANEXO IV	54

INTRODUÇÃO

Este estudo teve início em 2019 a partir da disciplina de Seminário de Pesquisa em Antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Como proposta para o Trabalho de Conclusão de Curso, foi pensada uma etnografia sobre homens que viveram algum tipo de experiência sexual quando criança, mas que somente conseguiam falar a respeito na fase adulta. A ideia inicial era buscar entender as narrativas desses indivíduos, ou seja, como expressavam essas experiências e como lidam com elas ao decorrer de suas vidas, bem como investigar suas estratégias e possíveis reflexos dos acontecimentos em suas trajetórias. A intenção deste trabalho, além de obtenção do título de bacharel, é oferecer uma pequena contribuição ao tema da violência sexual com vítimas masculinas, haja vista as lacunas e as escassas produções encontradas antes e durante a pesquisa, tanto no âmbito nacional, quanto internacional (HOHENDORFF, 2016). Para criar um panorama para a análise e delimitar um escopo pertinente, busquei informações estatísticas em relatórios que tratam sobre o tema no País.

Com o objeto do Trabalho de Conclusão de Curso em mãos e em mente, comecei a me questionar como faria para acessar os primeiros interlocutores. Elaborei estratégias para acessar e contribuir com essa etnografia do particular (ABU-LUGHOD, REGO, DURAZZO, 2018), uma etnografia dos subterrâneos ou uma etnografia dos porões. O acesso a cada interlocutor foi um processo quase espontâneo, porém demandou um malabarismo técnico para preservar suas identidades. Outro desafio foi encontrar referências bibliográficas na área da Antropologia, o que levou a pesquisa a versar muito sobre o campo da psicanálise, em que encontrei mais artigos, dissertações e teses que tratam do tema do abuso sexual com vítimas masculinas.

Quanto à estrutura deste trabalho, no capítulo I, busco fazer uma contextualização a respeito da violência sexual infantil no País através de três relatórios que montam um panorama brasileiro acerca do tema, ressaltando a falta de estudos sobre abusos sexuais que envolvem vítimas masculinas. Nessa primeira inserção, um dado já se faz evidente, que é o aspecto das subnotificações apontadas nesses relatórios e evidenciadas em outras pesquisas a esse respeito, assim como a falta de padronização das ferramentas de notificação e a falta de sistematização pelo poder público (HOHENDORFF, 2016, p. 18). Os relatórios buscam avaliar a opinião pública e suas percepções a respeito da violência contra crianças, assim como medir a consciência e as atitudes da sociedade em geral frente ao problema. Ainda na primeira seção, busco brevemente situar a problematização a respeito do conceito de violência que perpassa todo o trabalho.

Cabe ressaltar que os relatórios também tratam de alguns mitos da população em geral, como acreditar que as crianças estão protegidas em seus lugares, escolas ou instituições religiosas, quando os dados apontam que, em 2015, por exemplo, mais de 42 mil denúncias de violências ocorreram no espaço doméstico. Outro dado importante é referente ao acesso à

informação: a população geralmente obtém informações sobre esse tema através da televisão, rádio, jornais e revistas. Em segundo e terceiro lugar, estão notícias acessadas de forma on-line, redes e mídias sociais, seguidas por familiares, amigos e vizinhos, ONGs, informações do governo, escolas, instituições religiosas, líderes espirituais, organizações culturais, entre outras, em menor grau significativo.

Segundo o relatório do Fundo das Nações Unidas para a infância (UNICEF) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), no Brasil, foram registrados, entre 2017 e 2020, cerca de 179 mil casos de estupro ou estupro de vulnerável com vítimas de até 19 anos. Desses casos, 70% das vítimas foram crianças, em relação às quais 40% dos estupradores correspondem ao círculo familiar próximo da vítima, sendo o pai, padrasto, irmão, tio ou avô como agressor. Os homens representam cerca de 94% dos casos, enquanto as mulheres respondem a 3,3%. De acordo com o Sistema de Informações de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde (SINAN), em média, em mais de 40% dos casos registrados a vítima é da cor parda, sendo 35% de cor branca e 9% de cor preta, seguidas, em porcentagens menores, os recortes de pessoas amarelas, indígenas, de identificação étnico-racial ignorada e não informada. Quanto ao percentual de revitimização, quando as vítimas viviam com agressores próximos, 56% dos casos já havia vivido agressões anteriores.

No capítulo II, busco entrar nos estigmas e medos que rondam tanto a categoria de vítima quanto a de agressor, resultando no silêncio. No primeiro subtópico, trato dos efeitos a curto e longo prazo do abuso sexual na vida dos meninos, apontando, a partir daqueles, características que potencialmente levem as vítimas a tornarem-se agressoras. O abuso sexual infantil representa consequências negativas à saúde das vítimas, como aumento do risco de contaminação por HIV e outras infecções sexualmente transmissíveis, bem como à saúde mental com o desenvolvimento de quadros depressivos, ideação suicida e abuso de substâncias entre adultos (ARREOLA, NEILANDS, POLLACK, CATANIA, 2008). Ainda no segundo capítulo, apresento as expectativas quanto ao campo e às metodologias idealizadas. O intuito do trabalho perpassou a construção de uma investigação exploratória em parceria com os interlocutores através de entrevistas, conversas e depoimentos, de forma a contextualizar suas experiências; a descrição atenta de seus processos, de suas ações, dos ambientes criados e de suas interpretações para entender como os interlocutores davam sentido a essa experiência, como construíam suas narrativas, suas emoções e sentimentos evocados ao falar sobre o assunto; o interesse em identificar se ainda sentiam algum tipo de dor ou sofrimento em suas memórias, escutar e observar seus discursos e práticas.

Já no último capítulo, busco inferir a respeito do campo, apresentando como acessei e o que apreendi dos interlocutores e de todo o processo vivido até então. Meu campo se dividiu entre muitos momentos diferentes: primeiramente, os contatos espontâneos com os

interlocutores até o início da pandemia do covid-19; em seguida, a retomada dos diálogos; na sequência, a participação nos encontros da associação QUEBRAR O SILÊNCIO com temas como violência sexual, consentimento, responsabilização da vítima, papel da comunicação social e prevenção da violência sexual contra crianças; por fim, a escrita. Para encerrar, as conclusões, frustrações e almejos finais totalizam o presente trabalho.

TRAJETÓRIA DO ASPIRANTE A PESQUISA(DOR)

Nasci na região metropolitana de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul. Filho do meio, único menino da casa, minha mãe criou três filhos sozinha. Minha irmã mais velha viveu o abandono do seu pai, assim como eu e minha irmã mais nova vivemos o abandono do nosso. Apesar de ter algum contato com nossos pais, vivemos todas as dificuldades que uma mulher vive quando tem filhos e nenhum companheiro. Minha mãe nasceu no interior do Rio Grande do Sul, em uma cidade na fronteira com a Argentina. As histórias que permeiam seus familiares nunca foram muito bem remontadas pelos meus tios e tias, muito menos pela minha mãe. Pela convivência com a família da minha mãe e por poucas fotos do passado, sempre soube que na história do meu avô materno havia uma ancestralidade indígena. Meu avô tinha fenótipo indígena, uma pele bem escura, e minha avó, uma mestiçagem um pouco mais difícil de definir, mas ostentava um sobrenome italiano. Devido a isso, dificilmente escutávamos as histórias do meu avô e de sua família; sempre escutávamos as histórias da minha vó e dos seus – alguns ainda estavam vivos, e não por acaso, eram brancos e tinham uma realidade melhorada quando comparada à de minha avó e seus filhos.

Durante a ditadura militar no Brasil, meus avós foram morar na Argentina. Voltaram ao País quando minha mãe já era uma adolescente. Eram uma família de 14 irmãos: os mais velhos, incluindo minha mãe, terminaram o ensino fundamental na Argentina e, quando voltaram ao Brasil, não tiveram seus títulos reconhecidos, pois não sabiam falar português. Todos adolescentes, foram expulsos de casa pelos meus avós para que procurassem trabalho e assim se espalharam pela região central do estado. Meus tios conseguiram, depois de muitos anos, o reconhecimento da formação pelo Estado brasileiro; para isso, tiveram que ir até a Argentina retirar um documento que comprovasse a conclusão dos seus estudos. Minha mãe, por todo o contexto em que vivia, não conseguiu.

Foi nesse meio que eu cresci. Desde pequeno, entendia que precisava estudar. Minha mãe, com o pouco que tinha, incentivava da maneira que podia, tentava nos ensinar a falar o idioma que ela sabia. Comprava livros infantis para que aprendêssemos português. E, dessa

forma, cresci com uma ideia muito fixa em mente: eu precisaria estudar para mudar a minha realidade. Foi assim que eu fui enfrentando as minhas dificuldades pessoais e fortalecendo cada vez mais esse pensamento. Com o passar do tempo, fui percebendo todas as fragilidades que me rodeavam. Eu não tinha muitos parâmetros, não tinha experiências próximas de outras pessoas que pudessem me ajudar a escolher uma área, uma profissão. Naquele momento, ainda morava na cidade natal do meu pai, Taquari, região do vale do Taquari, no centro do estado. Era uma cidade pequena, com poucos atrativos a um jovem LGBT. Desde a adolescência, eu sabia que em algum momento eu precisaria morar em Porto Alegre para viver meus sonhos.

Assim, aos 19 anos, fui morar na capital do estado sozinho. Estudei em uma escola pública com muitas defasagens, imaginava que tinha muitas poucas chances de entrar para uma universidade pública. Busquei de alguma forma contar isso e minha condição financeira. Comecei a trabalhar em uma universidade particular para obter um desconto nas mensalidades. Assim, consegui cursar alguns semestres do curso de Direito. Passava o dia dentro da universidade. No segundo semestre do curso, fui convidado pelo professor Roger Raupp Rios a integrar uma clínica de direitos humanos na universidade sob sua orientação. Foi ali que comecei a perceber meu interesse pelas Ciências sociais e pela Antropologia. Depois do quarto semestre, comecei a estudar por conta própria para entrar nas Ciências Sociais na UFRGS. Através da minha nota no ENEM, consegui ingressar no curso. Achei horrível! Não conseguia me sentir bem dentro da UFRGS. Sentia como se eu fosse um corpo completamente estranho, um intruso. Era assim que eu me sentia ali. Desde o momento em que eu decidi sair do Direito, eu entendi que meu interesse era pela Antropologia – despertava minha curiosidade o fato de existir uma graduação nessa área. Porém as possibilidades mais próximas eram em Pelotas e em Florianópolis. Não conseguia me imaginar indo sozinho a nenhum desses destinos.

Fiquei um ano afastado da graduação. Tentei voltar para o Direito em outra universidade, mas sentia que eu deveria fazer a graduação em Antropologia na UFSC. Com algumas ajudas da vida, consegui, em 2017, realizar a matrícula no curso. Com todas as dificuldades financeiras e desafios de estar praticamente sozinho em um lugar completamente novo, encontrei alguma estabilidade. Durante a graduação, estive sempre em um estado de alerta para entender o que eu estava fazendo ali e se tinha algum propósito naquilo. Procurei participar de algumas discussões, de núcleos de pesquisa, mas, quando chegou a hora de escrever um projeto de TCC, após um processo relativamente rápido, cheguei a um tema. Uma dor e uma curiosidade que trazia da infância. Assim como os interlocutores deste trabalho, também vivi um abuso sexual.

Nunca imaginei que trabalharia este tema; desde a adolescência, procurei ler a respeito do assunto, como uma forma de lidar com o acontecimento. Mas desde o momento em que decidi falar sobre isso, algo mexeu comigo. Foi como se um mundo interno resolvesse se movimentar e se tornar externo. Durante o processo da pesquisa, em diversos momentos precisei me afastar e dar conta de processos pessoais, crises depressivas, ansiedades. Com o tempo, fui encontrando esse lugar de afastamento. E fui aprendendo a estar naquele lugar de escuta, de ver o outro, de me colocar no lugar do outro, sabendo que a minha presença colheria uma mínima porção da realidade, alterada pelo meu estar (SAEZ, 2013).

1. UMA CONTEXTUALIZAÇÃO ESTATÍSTICA DA VIOLÊNCIA SEXUAL NO BRASIL

É fato que há, nas discussões acadêmicas de diferentes áreas de conhecimento, um trabalho de catalogação importante - mas ainda insuficiente - referente aos estudos sobre violência, violência sexual, abuso sexual e abuso sexual infantil. No entanto, quando restringimos o recorte a pesquisas que envolvam vítimas do sexo masculino, as análises que se debruçam sobre o tema da violência sexual contra meninos são escassos e de pouco acesso no âmbito nacional e internacional (HOHENDORFF, 2016, p. 18).

O conceito de violência sexual contra crianças e adolescentes adotado no Brasil está em consonância com o conceito adotado pela World Health Organization (WHO) e pela ISPCAN (2006): envolvimento de uma criança ou adolescente em atividade sexual não compreendida totalmente, sendo esses incapazes de dar consentimento, ou para a qual não estão preparados devido ao seu estágio desenvolvimental, acrescentando-se o fato de que a violência sexual viola leis ou tabus da sociedade. (HOHENDORFF, 2016, p. 17)

Para adentrarmos nos pontos principais da temática deste trabalho, cabe elaborar uma leitura de contexto específica aos casos de violência sexual no Brasil. Dessa forma, neste capítulo, busco, através de dados estatísticos, traçar um breve panorama da violência sexual infantil no âmbito nacional.

Ao pesquisar o tema do abuso sexual, e pontualmente o abuso sexual infantil, podemos encontrar pesquisas que tratam sobre o assunto, assim como dados de órgãos governamentais e organizações sociais que trabalham com a temática. Nesses documentos, não raro são apontadas algumas dificuldades de se investigar o campo, devido à sensibilidade, aos altos índices de subnotificação, à falta de padronização das ferramentas de notificação e à falta de sistematização pelo poder público (HOHENDORFF, 2016, p.18). Para o presente estudo, foram considerados três relatórios de diferentes anos, usados aqui para introdução e ambientação.

De início, destacam-se os altos índices dessa e de outras violências vividas por crianças pelo mundo. Segundo relatório da *World Vision* (conhecida no Brasil como *Visão Mundial*¹), na América Latina e Caribe a violência contra crianças tirou a vida de pelo menos 220 meninos e meninas todos os dias antes da pandemia da COVID-19. Outro relatório realizado por essa instituição entre março e abril de 2017 (e publicado no mesmo ano) considerou mais de 500

¹ O relatório elaborado em 2017 pela *Visão Mundial* é intitulado “Resultados do Brasil. Violência contra Crianças & Adolescentes, percepções públicas no Brasil”. A *Visão Mundial* é uma organização cristã de ajuda, desenvolvimento e advocacia que se dedica a trabalhar com crianças, famílias e comunidades na busca da superação da pobreza e da injustiça. Este relatório foi realizado em parceria com a Ipsos, segunda maior empresa de pesquisa de opinião no mundo e maior organização dirigida por pesquisadores.

brasileiros acima dos 16 anos para (1) avaliar a opinião pública, percepção, preocupação e compreensão da violência contra crianças; (2) medir a consciência e as atitudes das pessoas sobre o problema e sua percepção das responsabilidades do governo e das demais partes interessadas para acabar com a violência; (3) identificar as principais fontes de informação sobre crianças afetadas pela violência; (4) compreender a percepção do público das causas e soluções atuais da violência contra crianças.

O relatório em questão apontou que o índice de risco de violência contra crianças e adolescentes chega a 29% da população classificada como risco alto ou médio. Nesse estudo, foi identificado que a população brasileira acredita que a violência² contra crianças e adolescentes tem um impacto significativo nas relações sociais, na saúde e na educação destes. Além disso, 32% dos entrevistados responderam que conhecem pessoalmente ao menos uma vítima de violência infantil.

A conceituação sobre o abuso de crianças, segundo Ian Hawking, surgiu em 1961, a partir de discussões envolvendo partes da sociedade e autoridades em Denver, nos EUA, tendo como referência bebês espancados, sendo mais tarde ampliada a outros recortes de violência. A ideia fixou-se em uma nova legislação, foi incorporada em práticas, transformou atuações de assistentes sociais, policiais, professores, pais e outros agentes sociais. Para Hawking (2013), o abuso de crianças inscreve uma modificação na consciência e na forma como as pessoas enxergam o seu próprio passado e a si, enfatizando, com isso, o quanto podemos ver conceitos, práticas, instituições e até pessoas serem formadas e moldadas diante de nossas vidas.

Para Alba Zaluar, a definição de violência tem diferentes acepções desde o seu significado etimológico. O termo vem do latim *violentia*, que significa força, vigor, emprego de força física ou os recursos do corpo em exercer a sua força vital.

Esta força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. É, portanto, a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar um ato como violento, percepção esta que varia cultural e historicamente (ZALUAR, 1999, p. 8).

Ainda sobre a conceituação desse termo, Walter Benjamin aponta que, independentemente do modo como atua uma causa, ela só se transforma em violência quando interfere em relações éticas (BENJAMIN, 2011, p. 121). No âmbito da violência sexual infantil, o conceito de violência que esses relatórios nos trazem é justamente uma transformação em processos sociais que incorporam agressão física ou moral, opressão, excesso de poder, crueldade, atacando a integridade do ser (MISSEL, 2016), aliando-se a isso o fato de que a violência seria, portanto,

2 Categorias de violência usadas no relatório: abuso físico e psicológico, práticas tradicionais, violência sexual, violência entre crianças e adolescentes, trabalho infantil, ameaças on-line.

uma categoria local, que adquire significado distintos em diferentes contextos (EILBAUM; MEDEIROS, 2015). Por fim, a observação no que diz respeito à construção da categoria *vítima* presume um agressor e o contexto da violência, o que nos permite entender a lógica pela qual aquela se manifesta e é qualificada. “Ser vítima não corresponde a um lugar fixo e, pelo caráter mutante da violência, seu lugar, assim como o do agressor, se desloca entre distintos sujeitos” (SARTI, 2011, p. 58).

A pesquisa desvelou alguns mitos e dados que se chocam, confrontando algumas crenças brasileiras³ a respeito do tema. Um dos mitos apontados é o de que, para a maioria da população entrevistada, um dos lugares mais seguros para as crianças e adolescentes é a sua própria casa. poucos acreditam que as crianças correm riscos em escolas, ambientes religiosos ou transportes públicos, quando a realidade aponta que em 2015, por exemplo, mais de 42 mil denúncias de violências em geral ocorreram no espaço doméstico. Também há a crença de que o alcoolismo e o consumo de drogas sejam a principal causa de violência contra esses grupos, ainda que as pesquisas apontem outras múltiplas origens das manifestações de violência. Entidades internacionais como o UNICEF mapearam que metade das crianças menores de 15 anos estão sujeitas a castigos corporais em casa, bem como identificaram que uma em cada quatro meninas se casam antes dos 18 anos, o que demonstra o quanto questões culturais e práticas promovem violências contra crianças e adolescentes.

Outro mito apontado pela pesquisa é que menos da metade da população brasileira acredita que a violência contra crianças e adolescentes terá efeitos econômicos. Os dados encontrados demonstram que, na realidade, a violência contra crianças e adolescentes (e seus consequentes efeitos) podem consumir entre 7% e 11% do PIB dos países latino-americanos. O UNICEF afirma que o desemprego juvenil, a gravidez na adolescência e o abuso de drogas podem reduzir o PIB de um país em até 1,4%.

O estudo também mostrou que brasileiros tendem a ouvir menos sobre o tema da violência contra crianças e adolescentes de fontes diversas. Nesse âmbito, a população geralmente acessa informações através da televisão, rádio, jornais e revistas. Em menor grau, as fontes são acessadas de forma on-line, redes e mídias sociais, seguidas por familiares, amigos e vizinhos, ONGs, informações do governo, escolas, instituições religiosas, líderes espirituais, organizações culturais, entre outras. Isso é apontado pelo relatório como uma possível explicação para o fato de o Brasil apresentar uma menor conscientização pública sobre violência e seus impactos quando comparado a outros países da América Latina.

³ A pesquisa é realizada por uma instituição cristã (Visão Mundial) que usa o termo ‘crença’ para se referir ao senso comum na seção chamada “Mito vs. Realidade”.

Outro levantamento realizado pelo Fundo das Nações Unidas para a infância (UNICEF) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)⁴ reuniu análises de dados sobre a violência letal e sexual contra crianças e adolescentes entre 2016 a 2020, a fim de traçar um panorama que considerasse informações dos registros de ocorrências das polícias e de autoridades de segurança pública dos 26 estados brasileiros e o Distrito Federal. No Brasil, foram registrados, entre 2017 e 2020, cerca de 179 mil casos de estupro ou estupro de vulnerável com vítimas de até 19 anos. Crianças de até 10 anos figuram um terço das vítimas, aproximadamente 62 mil crianças. Quase 80% das vítimas de violência sexual são meninas; para elas, a maioria dos casos ocorrem entre os 10 e 14 anos, sendo mais recorrente aos 13 anos de idade. Para os meninos, os casos de violência sexual ocorrem em sua maioria entre os 3 e 9 anos de idade. Os casos de violência sexual acontecem em grande parte dentro da residência da vítima, e, quando há registros da ocorrência, a autoria do crime em 86% dos casos é de um conhecido da vítima.

Os dados foram obtidos através da Lei de Acesso à Informação⁵ após serem solicitados a cada um dos estados brasileiros e o Distrito Federal, especialmente referentes a mortes violentas intencionais, estupros e estupros de vulneráveis, registrados em boletins de ocorrência. Essas informações passaram por um processo de sistematização e padronização, algo que não ocorre nacionalmente, tratando-se, portanto, de uma análise inédita.

O levantamento buscou criar um panorama a respeito do problema, lidando com algumas dificuldades referentes ao tema da violência sexual de crianças, tais como as poucas ferramentas de monitoramento e os altos índices de subnotificação. Em 2020, alguns dados referentes à violência sexual apresentaram queda em seus números, justamente quando o País vivia medidas mais fortes de isolamento devido à pandemia da COVID-19. Há que se notar que isso indica uma diminuição nos registros – e não nas ocorrências – exatamente no período em que as crianças ficaram em suas casas, sem frequentar escola, sob tutela exclusiva de seus responsáveis. A publicação também apontou a falta de dados relevantes para esse campo, como a indicação da idade da vítima, cor e raça, dados necessários para contribuir para a quantificação e a caracterização da violência. A subnotificação também é considerada um dos fatores que explicam instabilidades relacionadas aos resultados desses relatórios, assim como um desafio

4 O FBSP é uma organização não-governamental, apartidária, e sem fins lucrativos, que se dedica a construir um ambiente de referência e cooperação técnica na área da segurança pública. A organização é integrada por pesquisadores, cientistas sociais, gestores públicos, policiais federais, civis e militares, operadores da justiça e profissionais de entidades da sociedade civil que juntos contribuem para dar transparência às informações sobre violência e políticas de segurança, visando encontrar soluções baseadas em evidência. Informações disponíveis em: <https://forumseguranca.org.br/>. Acesso em: 08 ago 2022.

5 Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

para aprimorar a compreensão do fenômeno da violência sexual, e uma possível melhora nos procedimentos e atendimentos às pessoas envolvidas (SOUZA, 2002).

A figura abaixo mostra a distribuição por faixa etária dos estupros no Brasil, com dados levantados pela UNICEF e pelo Fundo Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), sabendo que os números são ainda subestimados devido à baixa qualidade desses registros.

Figura 1 - Distribuição dos crimes por faixa etária



Fonte: do autor (2022).

Através do gráfico acima, é possível verificar uma crescente nos registros com o aumento da idade das vítimas, sendo registrada também uma queda após os 14 anos – mais precisamente, 81% dos casos acontecem com vítimas até essa idade. Em números reais, isso representa cerca de 145.000 casos registrados entre 2017 e 2020. Quando a violência acontece na faixa etária dos 15 aos 19 anos, em 90% dos casos, a vítima é do sexo feminino. O panorama apresenta o entendimento do código Penal, para o qual o estupro de vulnerável é um tipo penal específico para crimes contra vítimas de até 13 anos e pessoas incapazes de consentir (apesar de existirem alguns boletins de ocorrências dessa natureza registrados como estupro comum). Mesmo com o marco dos 13 anos, o relatório preferiu seguir as faixas etárias propostas pela Organização Mundial de Saúde, de 0 a 19 anos.

O documento também ressalta a importância em considerar que os debates e diversos entendimentos sobre consentimento afetam diretamente essa estatística. Considerando as diferentes percepções e comportamentos sociais em relação à vitimização de uma adolescente e de uma criança, o levantamento sugere que é muito provável que, nos casos de vítimas com mais de treze anos de idade, o registro em boletins de ocorrência seja ainda menos expressivo. Mais uma vez, vale ressaltar que a falta de notificação dessas incidências não implica na inexistência do abuso. Sobre esse ponto, cabe aprofundar a análise com as contribuições de pesquisas acadêmicas como as discussões sobre sexualização da infância e adultização precoce, como a ideia de “novinha”, sujeita inserida em um universo concreto, em determinado território, atravessando questões referentes à moradia, à família e à escola (FERNANDES, 2017).

No entanto, o que de fato podemos perceber é que o estupro é um problema que afeta diretamente as crianças até a faixa etária de 14 anos. Quando pensamos em vítimas masculinas, a faixa etária e a falta desses registros representam dados substanciais para entendermos o fenômeno, permeado por fatores como as ideias de masculinidade ou a própria elaboração acerca do consentimento, como poderemos ver com o avançar deste trabalho.

Dentro da perspectiva institucionalizada em que essas categorias operam, é possível encontrar um bom número de estudos que tratam sobre a violência sexual, como vimos até então. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)⁶, por exemplo, através de uma pesquisa realizada e publicada em 2014⁷, analisou a evolução das estatísticas sobre os casos de estupro no território brasileiro de 2011 até o ano de sua publicação. O Instituto traçou um perfil das vítimas de casos de violência sexual no Brasil a partir do Sistema de Informações de Agravo de Notificação do Ministério da Saúde (SINAN). Aqui, a pesquisa apontou um aumento de 66% no registro de casos de estupro entre 2011 e 2014. Somente em 2014, foram registrados cerca de 20 mil novos casos, enquanto, no mesmo período, o FBSP registrou mais de 47 mil casos em registros policiais, reforçando as divergências e as dificuldades do tema da violência sexual e seus registros – nesse caso, tanto é possível entender que há subnotificações, como inconsistências nos dados coletados e em seus bancos de armazenamento.

Desses casos, 70% das vítimas foram crianças e 40% dos esturpadores correspondem ao círculo familiar próximo da vítima, sendo o pai, padrasto, irmão, tio ou avô o agressor; os homens representam cerca de 94% dos casos como executores da violência, enquanto as mulheres respondem a 3,3%. O SINAN aponta também que, em média, em mais de 40% dos casos registrados a vítima é da cor parda, sendo 35% de cor branca e 9% de cor preta, seguidas,

6 Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

7 Relatório Ipea (2014) - estupro no Brasil: vítimas, autores, fatores situacionais e evolução das notificações no sistema de saúde entre 2011 e 2014.

em porcentagens menores, recortes de pessoas amarelas, indígenas, de identificações étnico-raciais ignoradas e não informadas. Outro dado importante é o percentual de revitimização: quando as vítimas viviam com agressores próximos, 56% dos casos já havia vivido agressões anteriores.

2. O ABUSO SEXUAL DOS MENINOS

Levando em consideração os índices apresentados pelos relatórios estatísticos aqui abarcados, o tema da violência sexual (e, mais pontualmente, da violência sexual infantil) se faz relevante ao interesse público pois ser continuamente um assunto recorrente nos debates sociais e midiáticos⁸. As pesquisas trazidas nos ajudam a entender um pouco sobre a dimensão do problema, mas elas mesmas evidenciam a pouca procura por parte das vítimas e de seus familiares por órgãos públicos ou instituições de apoio ao experienciar tais situações. São diversos os fatores que podem influenciar a família e a vítima a procurarem ajuda ou a evitá-la, desde o receio de sofrer outras violências ao medo de ter sua história desacreditada ou exposta, assim como questões como as micropolíticas das emoções (REZENDE & COELHO, 2010). Quando se trata do caso específico de meninos e homens, apesar de estes não representarem um número tão expressivo quanto o de meninas e mulheres enquanto vítimas, são eles os que apresentam os mais altos índices na categoria de agressores. Sem estabelecer uma relação direta de causalidade, cabe lembrar que são também os homens os que menos procuram ajuda quando vivem essas experiências.

Amostras de estudos mostram que o abuso sexual infantil representa consequências negativas à saúde das vítimas, como aumento do risco de contaminação por HIV e outras infecções sexualmente transmissíveis, bem como à saúde mental, como o desenvolvimento de quadros depressivos, ideação suicida e abuso de substâncias entre adultos. O estigma da homossexualidade, sentimentos ambíguos, a atribuição de culpa aos meninos, os poucos mecanismos da sociedade para lidar com o assunto podem fazer com que o número de casos reportados seja muito pequeno. Além disso, os meninos são estimulados, na socialização, a não demonstrarem fraqueza ou medo (WATKINS BENTOVIM, 1992; PINTO JUNIOR, 2003).

Nos casos em que a vítima é masculina e o abuso é executado por outro homem, a criança pode se sentir desorientada com a própria sexualidade, além de sentir vergonha da família e das pessoas próximas, sob o risco de desenvolver medos de suas reações, negação ou afastamento, o que pode dificultar ainda mais a revelação e a denúncia do ato abusivo (SANDERSON, 2005; HOHENDORFF, HABIGZANG & KOLLER, 2012). Há, de certa forma, um rompimento da ordem social e da dominação masculina (BORDIEU, 2014). Quando falamos sobre o decorrer de nossas vidas, buscamos estabelecer uma determinada coerência

⁸ Recentemente, dois casos tiveram grande repercussão pela mídia brasileira: o caso de uma menina no estado de Santa Catarina que foi estuprada, engravidou e foi impedida de realizar o aborto pela juíza do processo, e o caso de uma atriz que engravidou depois de um estupro e entregou a criança para a adoção. Em ambas as ocorrências, as vítimas eram o foco dos portais e jornais, sofrendo ataques de alas conservadoras da sociedade, passando por processos de revitimização (RIFIOTIS, 2015, p. 275). Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2022/06/20/A-tentativa-de-uma-ju%C3%ADza-de-impedir-uma-crian%C3%A7a-de-abortar>; <https://www.nexojournal.com.br/extra/2022/06/26/V%C3%ADtima-de-estupro-atriz-tem-doa%C3%A7%C3%A3o-de-beb%C3%AA-exposta>. Acesso em: 08 ago 2022.

entre conhecimentos chaves, solidificados, estereotipados, e de uma continuidade que resulta da ordem temporal. Ao longo deste trabalho de reconstrução de si mesmos, os indivíduos tendem a definir seus lugares sociais e suas relações com os demais (POLLAK, 1989). Há deméritos em torno do abuso sexual de meninos, pois os homens são estereotipados como iniciadores do sexo, o que torna mais constrangedor para o menino revelar o abuso devido à sua condição de vítima nesse contexto (SANDERSON, 2005).

2.1. De vítima a abusador

Christian Haag Kristensen, ao dissertar a respeito das consequências do abuso sexual vivido por homens, buscou produções que tratam sobre os efeitos do abuso sexual divididos entre curto e longo prazo. O autor reuniu uma significativa produção dos anos 90 a respeito do assunto, para corroborar com seu argumento⁹, concluindo que os efeitos a curto prazo são aqueles detectáveis ainda na infância, assim como reações que ocorrem desde o início dos abusos até dois anos após o término; os efeitos a longo prazo, por sua vez, são manifestados após esse período de tempo e/ou na fase adulta.

Entre os efeitos a curto prazo em meninos sexualmente vitimados, estão a compulsividade; o acting-out sexual; a confusão quanto à identidade masculina; a confusão nos relacionamentos; a confusão quanto à identidade sexual; as tentativas inapropriadas de reafirmação da masculinidade; e a recapitulação da experiência abusiva, situações nas quais os meninos sexualmente vitimados assumem o papel de abusador. Este último é apontado pelos autores como um dos sintomas mais característicos em crianças sexualmente abusadas, seguido pela presença de transtorno por estresse pós-traumático.

Entre os efeitos a longo prazo, foram identificadas a erotização e a sexualização do comportamento, bem como a revitimização – quando a pessoa se coloca novamente na posição de vítima e se orienta a partir de comportamentos abusivos. O comportamento de abusador reflete a própria experiência como vítima. Esses valores sexuais, inclusive os abusivos, a exposição a modelos adultos de agressão, dominância e intimidação e experiências de socialização são fatores significativos nos efeitos a longo prazo. Os autores afirmam que os homens são socializados para serem mais agressivos, poderosos e dominantes, para assumirem papéis masculinos que estimulam

⁹ Cf. WATKINS & BENTOVIM, 1992; BROWNE & FINKELHOR, 1986; JOHNSON, 1992; KENDALL-TACKETT, WILLIAMS & FINKELHOR, 1993; SCHETKY, 1990; JOHNSON, 1988; WELLMAN, 1993; KIRSCHNER, KIRSCHNER & RAPPAPORT, 1993; CANTWELL, 1988; DAVIS & LEITENBERG, 1987; KATZ, 1990; VANDER MEY, 1988; SCHETKY, 1990; LAPLANCHE & PONTALIS, 1986; BRIERE E RUNTZ, 1989; ELLIS, PIERSMA & GRAYSON, 1990.

a vitimização sexual, como a pornografia, e um padrão geral de elevada atividade sexual.

Outra característica de efeitos a longo prazo é a identificação com o abusador como uma tentativa da vítima de gerenciar o trauma para sentir poder, resposta à falta de controle de seus impulsos, à frustração e ao sofrimento. Através da negação, as vítimas buscam culpar os outros e atuam impulsivamente, como tentativa de dominar a ansiedade e o senso de desamparo criado pelo trauma, engajando-se compulsivamente em comportamentos sexualizados (KRISTENSEN, 1996).

Outro estudo a respeito das consequências do abuso sexual em homens gays e bissexuais indicou que o abuso sexual infantil representa consequências negativas à saúde das vítimas, como aumento do risco de contaminação por HIV e outras infecções sexualmente transmissíveis, bem como à saúde mental como desenvolvimento de quadros depressivos, ideação suicida e abuso de substâncias entre adultos (ARREOLA, NEILANDS, POLLACK, CATANIA, 2008).

Particularmente, a experiência de homens que viveram essa violência na infância ou início da adolescência é um tema que carece de maior enfoque no campo da pesquisa, seja pelo menor índice comparado a meninas, seja pela subnotificação ou pela forma como a sociedade lida com este tipo de experiência em relação à sexualidade masculina. É necessário investigar por que os homens têm mais dificuldade em falar sobre experiências de abusos sexuais, quais fatores sociais e culturais poderiam influenciar nessa relação.

De início, o objetivo do presente trabalho era realizar uma etnografia das narrativas de homens que tiveram experiências sexuais na infância e que nunca haviam falado sobre esses acontecimentos – e que, conseqüentemente, somente na fase adulta acabavam de alguma forma expressando tais vivências. A intenção era, através do acesso a essas pessoas e com suas falas, problematizar categorias como “abuso”, “vítima” e “violência”, pois, desde o primeiro contato com o campo, suas narrativas tomavam contornos diferentes, o que os levavam às vezes a não se identificar com a categoria de vítima, por exemplo.

Outra ideia era colocar estas pessoas como protagonistas de suas próprias narrativas, levando em consideração uma etnografia do particular (ABU-LUGHOD, REGO, DURAZZO, 2018), percebendo os interlocutores menos como os outros, experimentando ser o mais explícito possível nas estratégias escolhidas ao longo do processo de escrita. Considerava identificar quais emoções as marcavam, suas dores incomunicáveis (VEENA DAS, 1999). Pensava em construir uma investigação exploratória em parceria com esses interlocutores através de entrevistas, conversas, depoimentos, de forma a contextualizar suas experiências. O intuito era centralizar nas descrições de seus processos, nas suas ações, nos ambientes criados e em suas interpretações para entender como davam sentido a essa experiência, como

construíam suas narrativas, suas emoções e sentimentos evocados ao falar sobre o assunto. Saber se ainda sentiam algum tipo de dor ou sofrimento em suas memórias, escutar e observar seus discursos e práticas. Investigar como constituíam suas relações íntimas e familiares, suas relações de afeto e, finalmente, entender como estabeleciam outros significados a certas categorias.

Todas essas ideias, abordagens, metodologias, foram pensadas para um trabalho de campo mais convencional. Ou seja, esperava realizar uma pesquisa empírica, com eventos, com acontecimentos, com adversidades, com afetos, com cheiros, com sabores (PEIRANO, 2014). Planejava um campo que poderia durar de novembro de 2019 até junho de 2020, em que entraria nas vidas das pessoas, de alguma forma viveria com elas alguns momentos para não apenas escutar, mas sentir com elas. No início da graduação em Antropologia, somos introduzidos ao método do antropólogo polonês Bronislaw Malinowski. Esse antropólogo registrou à nossa formação o conceito da “observação participante” quando, em 1922, na publicação do livro *Argonautas do Pacífico Ocidental*, escreveu a respeito de um sistema de trocas circular existente entre os nativos da Ilha Trobriand, na Polinésia, chamado KULA, entre os anos 1914 a 1918. Para Malinowski (2018), todos os resultados da pesquisa científica devem ser apresentados de maneira clara e honesta, trazendo relatos sobre as condições em que os dados são observados e coletados.

Outro esforço antropológico que aprendemos ao longo da nossa formação é a ideia de uma “descrição densa”, na qual, além de estabelecer relações, selecionar interlocutores, transcrever textos, técnicas e procedimentos que circunscrevem o processo etnográfico, sua definição passa por um empreendimento intelectual que esse trabalho representa, com o intuito de promover a compreensão das estruturas significantes implicadas à ação social observada, que necessita primeiramente ser apreendida para depois ser apresentada (GEERTZ, 1989).

Dessa forma, muito antes de entrar para o campo, ao imaginá-lo, pensava em uma interação mais dinâmica, imaginava um mergulho nas categorias nativas que encontraria. Pensava que haveria um momento em que entraria de fato nele, “colocaria o pé para dentro”. Sentiria que eu estava vivendo aquela experiência, construindo significados a partir das construções e narrativas daquelas pessoas que se dispuseram a doar seu tempo e paciência com um iniciante. Imaginava que entraria na seara da intimidade alheia para, de lá, criar relações entre textos, a pesquisa, o pesquisador e as experiências dos interlocutores, ou, pelo menos, as suas formas de narrar esses acontecimentos. Assim, entenderia os três momentos estratégicos do *métier* do antropólogo: o momento de olhar, o momento de ouvir e o momento de escrever (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998).

3. EVENTOS COSTURADOS OU UMA ETNOGRAFIA DOS PORÕES

Como chegaria a alguém para saber se já havia vivido uma experiência que, em geral, significa um trauma ou uma experiência cuja lembrança é indesejável? Com essa pergunta, comecei o trabalho. A questão do particular ou privado sempre esteve presente nessas inquietações, e eu buscava entender como acessar a intimidade de alguém, mesmo no caso de pessoas conhecidas, sem ser invasivo. Igualmente em um cenário mais simples, seria bem possível que a pessoa não quisesse compartilhar sua história com mais ninguém, imaginava eu. Nas primeiras vezes, ao pensar em estratégias de aproximação, o acesso ao campo e aos interlocutores, entendia que um caminho possível seria construir um formulário on-line, entrar em contato com grupos específicos de homens e compartilhar o documento com perguntas mais genéricas como cor, raça, idade, sexo, gênero, sexualidade, para depois questionar a respeito de experiências sexuais.

Após essa primeira camada de perguntas, caso as respostas direcionassem para um próximo passo, perguntaria se havia o consentimento de seguir com as questões, para então entrar em aspectos mais diretos e profundos, como buscar saber se a pessoa já havia experienciado alguma relação sexual durante a infância. Por fim, depois dessa última camada, eu checaria o interesse da pessoa em participar de uma pesquisa, para, então, poder construir uma relação mais direta com alguém que pudesse se tornar um interlocutor.

Esse formulário e seu passo a passo visavam justamente superar as leituras e indicações dos poucos registros de ocorrências por órgãos de saúde e segurança pública a respeito de homens que tenham vivido essa violência sexual, sabendo que, para isso, precisaria acessar aos poucos a intimidade alheia. Para além disso, interessava também entrar em contato com essa especificidade de homens que viviam a exposição com o avançar da idade, pensando em como adultos revisavam suas memórias e remontavam determinadas cenas que haviam vivido.

Essa abordagem acabou sendo deixada para trás, não por ser boa ou ruim. Ela simplesmente não aconteceu, pois, com o passar do tempo, ao falar para as pessoas próximas a respeito do tema e da proposta, as próprias pessoas acabavam contando sobre suas experiências pessoais ou de pessoas próximas delas, que viveram exatamente aquilo que eu estava procurando encontrar.

Foi assim que cheguei às pessoas que ajudaram a construir este texto. Dessa forma acessei o primeiro interlocutor, uma pessoa conhecida que, ao escutar sobre meu projeto, disse: eu posso ser seu interlocutor! Naquele momento, fiquei um pouco paralisado. Não soube como reagir, pois também não esperava tal disposição naquele lugar; estávamos em minha casa. Esse interlocutor havia dormido lá após participar de um evento em que estivemos juntos. Ele tinha

por volta dos 20 anos, é uma pessoa branca, homossexual, estudante e trabalhadora. Fiquei em silêncio enquanto ele continuava sua história. Começou a falar sobre sua infância, disse que seu padrasto havia o abusado durante esse período, quando viviam na mesma casa no Rio Grande do Sul. Ele falou sobre como nunca contou para sua mãe. Falou sobre mais alguns momentos da infância, sem dar muitos detalhes, e logo disse que poderia me apresentar a mais um interlocutor, um amigo seu, que também havia sido abusado, nesse caso pelo irmão mais velho.

Fiquei um pouco perdido com toda aquela situação. Também senti preocupação com os efeitos após aquela conversa, pensei que não teria muito o que oferecer caso a pessoa precisasse de algum suporte ou apoio. A primeira coisa que considerei foi que aquilo poderia ser demais para mim e talvez para a outra pessoa envolvida também; nessa primeira conversa, senti um certo vazio quanto ao que estava fazendo. Não sabia como proceder em nenhuma situação. E se ele retornasse dizendo que estava mal depois da nossa conversa? E se, após aquele momento, algum sentimento ou pensamento adormecido voltasse a aparecer? De fato, aquela não era uma situação para a qual eu estava preparado – eu não estava “em campo”, mas busquei registrar nossa interação. Na sequência, pensei na vontade da pessoa em falar, em contar, sem nenhum esforço da minha parte, e assim continuei com os planos. Confiei na hipótese de que aquele esforço inicial da interlocução era uma sinalização de que a pessoa confiava e estava disposta a conversar.

O segundo interlocutor também não demorou a aparecer. Quase no final do segundo semestre de 2019, estava contando para uma pessoa próxima na Universidade sobre meu projeto, e ela rapidamente respondeu: meu marido pode ser seu interlocutor. Ela completou dizendo que ele nunca havia contado para ninguém além dela, mas que ela sempre entendeu que era necessário que ele contasse para mais alguém, que buscasse ajuda ou tratamento, ainda que houvesse resistência e aparente desinteresse da parte do marido. Minha resposta foi positiva – fiquei interessado naquele depoimento. Ela fez todo o trabalho por mim, marcou data, horário, local. Da minha parte, só precisava cumprir com o combinado.

Cheguei lá, e parecia estar bem mais nervoso do que o interlocutor. Nosso encontro aconteceu em um bar, próximo à Universidade. Sentamos e ele logo começou a contar sua história; não parecia nervoso, nem incomodado. Disse que foi abusado por seu primo mais velho. Tinham pouca diferença de idade, mas, no que diz respeito à situação em si, fez questão de pontuar que seu primo sabia o que estava fazendo, enquanto ele, não. Disse que o ato aconteceu por diversas vezes e que não entendia o que aquilo significava, não dava muitos detalhes dos atos ou seus contextos. Naquela altura, eu imaginava que aquelas seriam conversas iniciais, então procurei não forçar respostas. Sem muitas perguntas, busquei estabelecer confiança deixando a pessoa o mais à vontade possível.

Foi uma conversa longa, descontraída, que passou tanto pela experiência sexual quanto pela vida conjugal do casal. Em vários momentos da conversa, o interlocutor falou sobre sua inquietação a respeito de suas irmãs, no contexto de possivelmente terem vivido a mesma experiência que ele. Ele era um homem jovem, branco, tinha aproximadamente trinta anos, de classe média, nunca havia feito algum tipo de tratamento ou procurado ajuda para falar a respeito desses acontecimentos. Durante suas colocações, também reafirmou que nunca havia contado para ninguém, mas que desconfiava que sua mãe sabia de tudo.

Como eu pensava um cronograma para a pesquisa que teria o campo iniciado em meados de janeiro, ganhando intensidade em fevereiro de 2020, estava levando estas conversas como aproximações iniciais, para que, depois, pudesse de fato aprofundar questões e sanar as dúvidas decorrentes – o que também era uma maneira ingênua de pensar o campo. Hoje, se pudesse voltar nessas conversas, com certeza perguntaria mais aos interlocutores, elaboraria outras reflexões, chegaria com algumas questões prontas; não para alcançar algum lugar desejado, mas para criar mais elementos para a pesquisa.

Seguindo esse mesmo processo “descontrolado” de acesso aos interlocutores, outra pessoa próxima, um conhecido, comentou que também havia vivido uma experiência de abuso na infância, mas que não tinha interesse em ser interlocutor. Como ele havia sinalizado indisponibilidade, não o procurei; naquele momento, acharia difícil pensar na história dele sem relacioná-la ao ambiente de trabalho, caso ele me contasse. No entanto, ele voltou a me procurar e em determinado momento resolveu falar um pouco mais sobre sua história. Como não seguimos conversando mais sobre o assunto, e como meu campo acabou mudando muito com o tempo, não achei que seria um problema fazer esse registro, haja vista alguns elementos relevantes a considerar.

Esse amigo também era um jovem, estudante, branco de classe média alta. Em nossas conversas, ele costumava a ser um pouco evasivo, parecia desconfortável ao falar sobre o assunto. Ele também nunca havia contado para outra pessoa, dizia ter uma relação complicada com o envolvido. O agressor¹⁰ era um homem negro, empregado de sua família e trabalhava dentro de sua casa, no interior do estado do Rio Grande do Sul, sua cidade natal. Disse que foi abusado por essa pessoa, e que atualmente era muito recorrente se envolver em relacionamentos com homens negros.

Além das pessoas que estavam chegando até mim de maneira mais informal, outra história sempre estava presente em minha cabeça. Essa eu havia escutado há muito tempo de um grande

10 Escolhi utilizar termos como “agressor” ou “abusador” para adjetivar a pessoa que está consciente do ato. Os interlocutores em geral não adjetivam da mesma maneira, pois, em certos casos, não acreditam que passaram por uma situação de abuso ou violência. Apenas em alguns relatos aqui registrados há referências por parte dos interlocutores à “pessoa que abusou”.

amigo. Ele era um menino homossexual, branco, de classe média, sempre viveu no interior do Rio Grande do Sul. Costumava contar que, quando era criança, por volta dos 6 anos de idade, iniciou sua vida sexual com seus primos e meninos próximos. Dizia que, naquelas situações, ele sempre era a pessoa que iniciava as atividades e era quem tinha interesse nos atos. Contava com muito entusiasmo com quais pessoas já havia vivido experiências na infância e no início da adolescência. Enfatizava que não se sentia uma vítima, não se sentia abusado por ninguém, mesmo que em todas as suas histórias ele sempre fosse a pessoa mais nova. Os meninos com quem ele costumava ter relações sexuais eram sempre mais velhos do que ele, com um ou mais anos de diferença.

Essa narrativa me fazia refletir a respeito da forma como ele se colocava naquele cenário, de como costumava reconstruir sua memória como uma pessoa ativa naquela relação; intrigava-me como ele contava sua história aparentemente sem drama, sem trauma, sem dor. Por vezes, pensei no quanto sua narrativa talvez pudesse apresentar alguns “*gaps*”¹¹; eu especulava a respeito de memórias de abuso que talvez não viessem à tona, anteriores às suas memórias de relações sexuais. Vítimas do sexo masculino nem sempre têm um entendimento de que foram abusadas, mesmo por conta de uma socialização que indica que tudo faz parte de um jogo, um jogo sexualizado (HOHENDORFF, 2017).

Durante o percurso do trabalho, as conversas e os encontros dos interlocutores estavam acontecendo de maneira rápida, apesar do clima que já pairava em relação à COVID-19 na Ásia e na Europa. Foi então que, em março de 2020, recebemos a notícia de que entraríamos nacionalmente em lockdown¹². O fim da convivência tal como a conhecíamos havia chegado; tudo foi paralisado. Na mesma época, eu vinha conversando com um menino da cidade onde cresci, em Taquari, no interior do Rio Grande do Sul. Ele me contava sobre sua experiência e sobre o que ele pensava a respeito do que viveu. Porém, naquele momento, eu não conseguia pensar em algo mais doloroso. Estava confuso, estava com medo. Foi então que, quando ele insistiu em contar sua história, cogitei desistir. Eu pensava que não queria mais continuar a pesquisa – era demais pra mim. Eu não estava bem, e, naquele contexto, não poderia mais me debruçar sobre o assunto do trabalho.

Assim, antes de tomar uma decisão definitiva, e aproveitando o momento de paralisação devido à COVID-19, decidi dar um tempo da investigação. Resolvi parar tudo o que estava fazendo até aquele momento e descansar. Afinal, havia uma pandemia acontecendo – isolamento social, pessoas morrendo, medo constante de que alguma pessoa próxima pudesse deixar essa existência e os desafios da adaptação ao novo cotidiano. Foi assim que me afastei

11 “Lacunas”, em tradução livre.

12 Estratégias como isolamento ou *lockdown*, conhecidas como Intervenções Não Farmacológicas (INF), foram utilizadas durante a pandemia para inibir a transmissão entre humanos, desacelerar o espalhamento da doença, com o objetivo de diminuir a morbidade e a mortalidade causada pelo coronavírus.

do trabalho de pesquisa. Passei a maior parte do tempo evitando o tema e o exercício acadêmico sobre ele. Da maneira como podia, tentava de alguma forma cuidar de mim e dos meus processos pessoais.

Depois de quase um ano trabalhando pouco na pesquisa, viajei para a cidade natal de meu cônjuge para passar alguns dias cuidando de um familiar que havia testado positivo para COVID-19. Sua avó também havia contraído a doença e estava em coma no hospital, o que se configurou como a preparação para uma possível despedida. Ficamos um longo período na cidade de João Pessoa, na Paraíba. Após duas semanas de viagem, começamos a interagir com algumas pessoas locais, e foi assim que entrei em contato com uma nova história a respeito de abuso ou experiências sexuais na infância. Novamente, quem fazia o primeiro relato, quem tomava a iniciativa de contar, era a esposa – uma senhora que frequentava a casa do meu companheiro e era amiga da família dele. Ela contou que seu marido havia sido abusado pelo avô, mas que o cônjuge não gostava de falar sobre o assunto.

Em sua narrativa, ele não se entendia como vítima; não gostava de chamar o ato de “abuso”, nem entendia o avô como abusador. Depois de saber que eu estava pesquisando o tema, ela ficou interessada que eu conversasse com ele. Novamente, a esposa do interlocutor fez questão de organizar tudo, combinou um jantar com a presença de seu marido e induziu para que chegássemos ao assunto. A conversa aconteceu com a sua presença. Ele era um homem por volta dos seus cinquenta anos, um homem branco, empresário, casado e com dois filhos. Ele começou contando sobre suas experiências sexuais; disse que na família havia uma tradição de todos os homens da casa começarem suas vidas sexuais com a empregada doméstica da família. Dos 4 irmãos, todos homens, ele também havia começado sua vida sexual daquela forma. Quando sua esposa introduziu o tópico do avô, ele imediatamente disse que não havia sido abusado, que seu avô era uma pessoa querida.

Sua esposa sabia de detalhes sobre o ocorrido, disse que o avô o masturbava e realizava sexo oral nele quando ele era criança. Disse que a mãe do seu marido, sua sogra, sabia de todos aqueles acontecimentos, mas não contava para não “estragar a família”, pois o avô era estimado por todos. Aqui podemos perceber um registro já identificado em estudos anteriores: quando um homem é acusado de praticar algum crime sexual no seio de uma família, emerge um corte entre aqueles que acreditam que a acusação é verdadeira e aqueles que não (FERNANDES; RANGEL DÍAZ-BENÍTEZ; ZAMPIROLI, 2020).

Alice dizia que seu tio tinha estuprado não somente uma de suas duas filhas, a que menos se parecia fisicamente com ele, como também, décadas antes, uma das irmãs dele. Já Lurdes, mãe de Alice, negava veemente os dois estupros: o da criança, que redundou em sentença condenatória, seria uma falácia; e o da irmã, jamais mencionou ao etnógrafo. A teoria de Alice era a de que sua mãe não falava sobre esse estupro porque “ninguém” quer admitir que tem um “pedófilo” na família. O silêncio seria a forma que os parentes da geração de Lurdes encontraram para lidar com o primeiro

estupro decorrido na família. (FERNANDES; RANGEL; DÍAZ-BENÍTEZ; ZAMPIROLI, 2020, p. 183).

O marido negava a possibilidade da violência, dizia que aquilo não havia sido um abuso, mas também não conseguia classificar ou colocar em outros termos (ou seja, não negava os fatos). Eles não deram mais detalhes. Eu, que me encontrava distante da pesquisa, ali senti que talvez fosse o momento de retomar o processo.

A retomada do trabalho foi marcada por muita dificuldade: a pandemia continuava e o desânimo também – afinal, os processos pessoais seguiam em oscilação. Em alguns momentos, pensava em desistir do trabalho, da graduação, de tudo. Em outros, entendia que tinha uma pesquisa ser finalizada. Pensava em mudar de tema e de área; o distanciamento voltava, e eu ficava meses sem abrir os arquivos do estudo. Foi então que resolvi retomar o contato com o interlocutor de Taquari. A conversa com ele rendeu um relato mais rico, com mais detalhes. Guilherme¹³ é um jovem, com formação em psicologia, um menino negro de classe média que nasceu e cresceu nessa cidade de pouco mais de vinte mil habitantes.

3.1. A história de Guilherme

Guilherme morava com sua família em Taquari desde seu nascimento, no interior do Rio Grande do Sul. Na época, tinha por volta dos sete anos de idade. Sua mãe costumava frequentar a casa de uma amiga, com quem já havia trabalhado em uma indústria local. Essa amiga tinha três filhos homens; na época, os dois filhos mais novos tinham entre quinze e dezoito anos de idade. Foi quando Guilherme começou a viver atos sexuais com o filho do meio da amiga de sua mãe. Os irmãos convidavam Guilherme para brincar em lugares fora da vista de suas mães, e, então, os atos aconteciam nesses espaços. Guilherme era convidado a tocar as partes íntimas do irmão do meio e o irmão mais novo era quem se incumbia do trabalho de vigiar para que ninguém os vissem.

Às vezes, o irmão mais novo também participava dos atos; em outras, só olhava. No início, eram masturbações. Com o tempo, práticas de sexo oral e sexo anal começaram a fazer parte das “brincadeiras”. Guilherme não expressava reação, não entendia muito o que estava acontecendo, ao mesmo tempo em que sentia um certo prazer com todas aquelas interações. A situação foi ficando cada vez mais constrangedora e dolorosa. Guilherme passou a não querer mais participar daqueles atos, mas eles continuavam a acontecer, com frequências e intensidades cada vez maiores. Não conseguindo reagir, nem contar para ninguém, Guilherme passou a ter episódios atípicos, pedia para sua mãe para não mais acompanhá-la em suas visitas

13 Guilherme é um nome fictício para preservar a identidade do interlocutor.

à casa de sua amiga como uma forma de evitar a interação com os filhos dela. Contudo, em suas demais interações com vizinhos, Guilherme costumava ser a criança mais nova, o que fazia com que, quando na presença dos meninos da vizinhança, outros momentos de incitação sexual acontecessem; assim, Guilherme novamente tinha estímulos sexuais com outros meninos.

Foi então que Guilherme começou a sair menos ainda de casa, restringindo-se apenas a ir à escola. Até esse momento, a mãe de Guilherme não havia percebido nenhum comportamento diferente. Com essa mudança, no entanto, a mulher percebeu que algo não estava bem. A mãe então procurou ajuda psicológica para seu filho. Guilherme passou a frequentar sessões com uma psicóloga, mas não conseguia falar sobre o que acontecia com os outros meninos. Tinha medo de se expor, tinha medo da reação dos pais, lembrava das ameaças que sofria, da culpa que sentia.

Guilherme narrou que, quando se negava a repetir os atos ou dizia que não queria mais, era ameaçado. Os filhos da amiga da mãe de Guilherme diziam a ele que iriam contar às suas mães o que Guilherme fazia. O menino internalizou as ameaças e não conseguiu contar a absolutamente ninguém por muito tempo. Tinha medo que descobrissem que também sentia algum prazer naquilo, que também sentia algum afeto por aquelas pessoas, afinal Guilherme percebia que sentia atração por meninos. Guilherme fez acompanhamento psicológico por um período na infância, depois novamente no início da adolescência, mas somente na fase adulta começou a tratar e falar especificamente sobre os episódios de abuso sexual.

Foram aproximadamente dois meses trocando mensagens e realizando chamadas de vídeo com Guilherme. Ele demonstrava interesse na pesquisa pela sua formação, e, em nossas interações, gostava de fazer brincadeiras com conotações sexuais. Às vezes, dizia frases como “você não está mais interessado em mim”. Ele repetia que não era um problema para ele falar sobre o assunto, que havia superado o abuso. As conversas com Guilherme foram as mais desafiadoras de todo o trabalho. Talvez pela proximidade das nossas histórias, sentia-me sufocado pela situação. O fluxo com que Guilherme respondia era rápido e intenso, mostrando-se sempre disposto. Em muitos momentos, o interlocutor demonstrava mais interesse do que eu, o que fazia com que eu sentisse certa vergonha.

Após as trocas de mensagens com Guilherme, voltei a ficar mais envolvido com a pesquisa. Nesse contexto, em abril de 2021, resolvi participar de um ciclo de eventos de uma associação chamada *Quebrar o Silêncio*. Conheci a associação através de uma rede social no ano de 2018. É uma instituição de acolhimento a adolescentes e adultos do sexo masculino que sofreram abusos sexuais, fundada por Ângelo Fernandes em janeiro de 2017 e sediada em Portugal. Nas palavras do fundador da associação, retiradas do site da *Quebrar o Silêncio*,

Quando tinha 11 anos, um amigo de família abusou sexualmente de mim durante meses. E durante mais de 20 anos carreguei em silêncio este peso, vergonha, culpa e

nojo. Tudo sentimentos que não eram meus, mas que os carreguei comigo sem compreender porquê. (FERNANDES, 2017).

A associação oferece serviços gratuitos de acompanhamento psicológico, grupo de ajuda mútua, e apoio entre pares a pessoas dentro ou fora de Lisboa e Portugal. Além disso, promove ações de sensibilização, com iniciativas de informação e formação gratuita junto a diversos públicos (tais como escolas e empresas) sobre violência sexual contra homens e meninos, de modo a criar um espaço de sensibilização e conscientização para questões relativas a essa realidade, com particular enfoque na violência sexual contra pessoas do sexo masculino. A associação também tem como objetivo a promoção da igualdade de gênero e direitos humanos, combatendo ideias preconcebidas, ultrapassando preconceitos relacionados com os papéis de gênero e promovendo iniciativas de prevenção de violência e abuso sexual.

Fiquei sabendo do ciclo de debates chamado “Desconstruir a Violência Sexual” através da uma rede social da associação. Logo que vi a postagem a respeito do evento, pensei em participar; poderia ser uma forma de diversificar o meu campo. Além disso, me ocorreu também como forma de suprir uma falta que eu sentia. Até aquele momento, julgava que meu campo era fraco: faltavam conversas, faltavam trocas. Esse ciclo de debates foi estruturado em cinco temas distintos, abordados por cinco convidadas igualmente distintas e mediado por Ângelo Fernandes. Cada conversa teve como objetivo discutir e aprofundar determinado tópico explorando a própria definição do tema da violência sexual, seus recortes, prevenções e usos. As conversas costumavam durar cerca de duas horas semanais durante todo o mês de abril do ano de 2021. Os encontros foram divididos em temas como violência sexual; consentimento; responsabilização da vítima; papel da comunicação social; e prevenção da violência sexual contra crianças.

O evento foi realizado de maneira totalmente online e gratuita através de uma plataforma de videochamada, e contando com participações de pessoas tanto de Portugal, como do Brasil e de outras regiões do mundo. As inscrições ocorreram através de um e-mail, em cujo texto os interessados colocavam suas informações pessoais e sua disponibilidade para participar. Atualmente, todos os vídeos dos encontros estão disponíveis no canal do *Youtube* da associação. Participei desses ciclos de conversas de um lado escrevendo anotações, do outro tentando prestar atenção nas conversas e no *chat* da plataforma de transmissão. Nem sempre conseguia entender alguns comentários das convidadas e do mediador devido à barreira do sotaque: às vezes não reconhecia a pronúncia de alguma palavra, mais pela velocidade em que as expressões eram pronunciadas do que pelo seu significado.

O fato é que demorei muito para registrar no trabalho esse evento. Nesse meio tempo, acabei, por descuido, colocando fora o caderno de anotações, o que fez com que eu precisasse assistir a todos os vídeos novamente para fins de registro. Infelizmente, todos os pensamentos,

as sensações, as emoções que vivi durante minha participação foram comprometidos. De qualquer forma, entendi que foi uma ocasião importante para a pesquisa, principalmente pela especificidade e pela conexão com o tema – afinal, eles trabalham unicamente com vítimas do sexo masculino. Por isso, fiz questão de registrar alguns pontos aprendidos nos debates.

As convidadas eram todas mulheres, e tinham uma relação de pesquisa e de trabalho com o assunto. Em geral, eram pesquisadoras de diferentes formações, assim como ativistas de Direitos Humanos, atuando em educação, arte, saúde mental, saúde infantil, prevenção e combate à violência sexual, violência de gênero, psicologia, sexologia e jornalismo. No começo de cada encontro, Ângelo costumava abrir o debate avisando que seriam abordados temas sensíveis, e fazia um chamado ao autocuidado e ao respeito às opiniões das outras pessoas presentes.

O primeiro encontro abriu uma conversa mais ampla a respeito do conceito de Violência Sexual. A primeira convidada para o ciclo de debates foi Margarida Medina Martins, presidente da direção da associação *Mulheres Contra a Violência* e perita em direitos humanos das mulheres e das crianças. Na ocasião, buscou-se uma definição para o tema, apesar de a convidada hesitar chegar a uma conclusão. Margarida Martins preferiu alguns apontamentos como a importância de se atentar ao fato de que a violência sexual não é sexo, é crime. Frisando a necessidade de afastar o conceito de sexo do de violência, a convidada citou relatos de situações de violência nos quais as vítimas dizem que a sua primeira relação sexual foi com o tio, quando, na realidade, isso não configura uma primeira experiência de relação sexual, mas sim a primeira experiência de abuso. A convidada também falou sobre a importância de desmistificar a ideia de que só violação ou penetração configuram um abuso. Pelo contrário, existem muitas formas de se cometer um crime de violência sexual; fazer algo contra a vontade de outrem pode ser considerado assédio.

Mutilação genital feminina, abuso sexual, crimes online, *sextortion*¹⁴, *revenge porn*¹⁵, predadores online, independente da forma como a violência se materializa ou de como a pessoa registra ou não o trauma, o que é violado nessas situações é a integridade da pessoa. Para corroborar seu ponto, a convidada apresentou o caso de duas irmãs: enquanto a irmã mais nova sinaliza que não gostaria de visitar o pai no final de semana, a irmã mais velha conta que havia

14 “*Sextortion*” é uma expressão que junta as palavras “sexo” e “extorsão” e implica em formas não físicas de coerção para obter favores sexuais ou vantagens da vítima. Em inglês, o termo designa a prática de extorsão a partir da ameaça de exposição de supostas fotos ou vídeos sexuais das vítimas na internet.

15 A expressão “*revenge porn*” consiste na divulgação de imagens ou vídeos íntimos de ex-parceiros como forma de vingar-se pelo fim do relacionamento. Existem outros termos não abordados na pesquisa, como o *sexting* (mandar mensagens por celular com conteúdo sexual) ou o *slut shaming* (utilizado para restringir a sexualidade feminina por meio de insultos). A pesquisadora Isabel Rangel Petrosillo (2016) discorre sobre tais conceitos na dissertação chamada *Esse nu tem endereço* – “O caráter humilhante da nudez e da sexualidade feminina em duas escolas públicas”.

sido violada pelo pai. É feito um exame e se descobre que, de fato, ela não era mais virgem – o que, por si só, não era capaz de incriminar o pai. Durante seu depoimento no judiciário, a menina disse que era obrigada a assistir filmes pornô pelo pai. À justiça, o pai responde que sim, de fato assistia filmes pornográficos, e que aquilo era um direito seu. O juiz então decide que a menina deveria continuar a ir à casa do pai aos finais de semana. Margarida atentou para o papel do responsável em relação ao bem-estar da criança, sobre a desproteção à criança em casos que são levados à justiça, nos quais o encerramento dessas ações não resultam na proteção dos menores, nem em medidas de acompanhamento para a criança. Pelo direito de romper o contato e de não ser exposta, apontou-se a importância de focar na perspectiva da vítima.

A convidada também ressaltou o impacto das experiências não desejadas pela vítima; segundo Margarida Martins, as vivências traumáticas criam biomarcadores, obrigam o cérebro da vítima a desenvolver uma resposta de sobrevivência que condiciona a sua ação ou paralisação diante do acontecimento. Isso faz com que o cérebro faça a descarga em nível muscular e nervoso de um conjunto de químicos – hormônios de estresse, entre outros, para que o corpo reaja garantindo a sobrevivência. Ou seja, quando se procura alguma sensibilização sobre riscos de violação, por exemplo, há de se considerar que não é possível dizer a ninguém, caso a pessoa sinta que será violada, para que ela corra ou fuja por correr risco de morte nessa situação. Logo, é o cérebro que avalia naquela altura, com os recursos de que dispõe, a decisão a ser tomada.

Quando tratamos dos casos de violência sexual que envolvem crianças, precisamos estar atentos a determinadas nuances da forma como as crianças reagem a essas situações. As crianças comunicam de alguma forma; às vezes, nem mesmo profissionais à sua volta percebem que elas estão comunicando. Seja na forma de invisibilidade, quando a criança procura se afastar do convívio social, seja pelo perfil “problemático” na escola. O que é tratado como mal comportamento ou má adequação pode ser a forma de a criança comunicar um pedido de ajuda ou o fato de que alguma situação não está bem. Essa reação é como a criança torna-se viva, uma maneira de dizer: “eu existo”. A criança não entende o que é o um abuso, mas percebe o desconforto, sabe que algo não vai bem naquela situação e muitas vezes está se sentindo coagida sobre o que está vivendo, afirma a convidada.

Margarida citou respostas de um grupo de mulheres sobreviventes de violência sexuais em contextos de relações íntimas com as quais trabalhou. Uma jovem de 19 anos contou à convidada que, para ter sossego em casa, para não ter as portas batendo, pratos a voar e gritos, “abria as pernas” para acalmar o seu marido. Em outra fala, uma senhora de aproximadamente 60 anos contou que teve 11 filhos, e que em nenhum momento alguém perguntou a ela se ela gostaria de ter tantos filhos. Ou seja, a resposta é uma questão de sobrevivência; a vítima fez aquilo que para o contexto dela era adequado, segundo Margarida. Mesmos nos casos de

peessoas que têm habilidades ou força física, há reações adversas em casos de perigo eminente. O cérebro atua de maneira a preservar a vida, a sobreviver àquela situação. Isso não significa consentir.

Ideias de consentimento permearam este trabalho do início ao fim. O consentimento é uma categoria sensível a contradições, embora sua definição e sua tradução em leis sejam delimitadas (FERNANDES; RANGEL; DÍAZ-BENÍTEZ; ZAMPIROLI, 2020). Para Lowenkron (2015), os princípios de autonomia da vontade e liberdade individual têm sido decisivos não apenas na regulação jurídica da sexualidade, mas também as percepções sociais e políticas em relação à violência. Para debater a questão do consentimento, no segundo encontro a convidada foi Maria João Faustino, gestora do projeto “Faz Delete – diagnosticar, sensibilizar e prevenir a violência sexual com base em imagens contra jovens mulheres”, da Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens.

Faustino é membro da associação *Mulheres sem Fronteiras* e é Doutora em Psicologia na Universidade de Auckland. Para Faustino, o consentimento traduz uma forma de acordo, voluntário, em sentido de autorização, adesão ou concessão das partes envolvidas para um ato sexual. Revogável, a qualquer momento. Um processo dinâmico, não restrito a um ato único. Trata-se de um contrato legal, está dentro da linguagem dos contratos. Porém, quando se fala em intimidade e sexualidade, é difícil falar de consentimento, segundo ela.

Para Faustino, o consentimento não é, na matriz social, no contexto social, o vocábulo que traduz a expressão do desejo, não expressa “boas-vindas” sexuais, muito menos entusiasmo. Ninguém costuma dizer que teve uma noite fabulosa, pois ambos consentiram, consentimento está intrincado em uma relação de hierarquia. Alguém que tem poder negocial superior a outrem, alguém que inicia e alguém que consente ou recusa. Portanto, um modelo de partes desiguais.

A convidada explicou que o conceito de consentimento é produto dessas hierarquias de poder e sociais nos quais a sexualidade se constrói e onde se vive, não estando imune às relações sociais. Porém, o conceito de consentimento não capta a dimensão das relações de gênero, todas as nuances e complexidades. Para ela, há a ideia de que o homem inicia as atividades: os homens procuram o sexo, e às mulheres cabe consentir ou recusar. A elas cabe estabelecer limites e barreiras, que, se não estabelecidas, dão ao homem o direito de violar. Ou seja, ainda que a ideia de consentimento seja um passo positivo, ela pode colocar mais tônica na resistência da mulher.

Faustino complementa que consentimento é um elemento básico, sem o qual não há relação sexual. Sexo não consentido não é sexo, é crime, violência. Só podemos falar sobre ética sexual, sobre consentimento, se falarmos de papéis de gênero. Para Faustino, é necessário dessexualizar a violência sexual. Desnaturalizar que os homens sempre querem sexo e que à mulher cabe consentir ou recusar. Um exemplo usado pela convidada foi em relação às práticas

de sexo anal em casais heterossexuais, quando as mulheres são “vencidas pelo cansaço”. Quando se coloca no “sim” algo a se atingir. A convidada lembra que, para chegar a esse resultado, há manipulação e muita insistência, e afirma:

Não existe direito a sexo, não existe direito de se exigir sexo a ninguém. Nenhuma relação de intimidade social dá direito de exigir ou de esperarmos sexo com outra pessoa. Há o direito a expressão e desenvolvimento da sexualidade, isso não dá direito a inculir sexo a ninguém. Isso não significa que alguém tem dever de ter uma relação sexual com alguém. Estar no contexto sexual, estar no contexto da intimidade, não te dá direito de praticar sexo com alguém. O desejo, o consentimento, o entusiasmo no contexto sexual, na vivência sexual, na interação sexual, é sempre uma coisa dinâmica, um processo dinâmico até o fim, não é um contrato fechado. O consentimento é uma condição necessária, básica. O consentimento é necessário, mas não é suficiente. (FAUSTINO, 2021)

Para encerrar sua participação, a debatedora afirmou que não é possível combater uma cultura de violência sexual generalizada sem tratar das questões de gênero, isto é, sem falar sobre os estereótipos de gênero. Sem atacar os embriões generalizados, que põem tônica na resistência da mulher, que naturalizam o desejo masculino como algo predatório, pois a hierarquia de gênero está na base da coação.

No terceiro encontro do evento, foi debatido o tema da cultura de responsabilização da vítima. Para esse debate, foi convidada Isabel Ventura, licenciada em Jornalismo pela Universidade de Coimbra, Mestre em Estudos Sobre as Mulheres pela Universidade Aberta e Doutora em Sociologia pela Universidade do Minho. Isabel buscou remontar um pouco a respeito da expressão “culpar a vítima”, cunhada pelo psicólogo estadunidense William Ryan em um contexto étnico na década de 70. O autor desenvolveu o conceito em que responsabilizam-se as pessoas mais pobres de minorias étnicas vivendo nos Estados Unidos da América pela sua própria situação de grande fragilidade em termos de estruturas sociais e de foco de grande vitimização.

As principais causas são a cultura da hostilização, às vezes culminando em agressões e violências máximas como a morte. A culpabilização da vítima remete a tempos desde a Antiguidade, presente na ideia de que as pessoas vitimadas são de alguma forma responsáveis pela sua vitimização; uma consequência disso é que as vítimas ficariam contaminadas pelo pecado, principalmente em casos de crimes sexuais, segundo a convidada. Foi apontado, durante o debate, que a partilha de alguma violência é sempre um ato de coragem, pois não é possível saber como será a reação das outras pessoas. Em muitos casos, as vítimas são hostilizadas ao contar, o que acaba gerando silenciamento.

Isabel falou sobre como, durante o século XX, se fez presente um cunho científico na corresponsabilização das pessoas vitimadas, sobretudo através da emergência da Vitimologia¹⁶. A teoria atesta que o comportamento das vítimas interfere ou precipitam o crime, assim como há teorias que apontam que as próprias características subjetivas, sejam elas biológicas ou sociais, fazem com que elas sejam potenciais vítimas.

Esse sintoma, de maneira sofisticada, pode ser encontrado em narrativas judiciais, midiáticas e de ficção quando se descrevem situações de violências. Assim como a ideia de que cada ação gera uma reação, onde o mundo é lógico e organizado, e que, portanto, conseguimos prever as coisas que vão acontecer. Para o paradigma de causa e consequência, parece haver sempre uma explicação lógica. Porém o mundo não é lógico, não é justo e muito menos organizado, aponta Isabel.

A convidada também falou sobre a ideia do princípio negativo das mulheres – a ideia de que as mulheres fazem de tudo para afetar o homem, independentemente de suas sexualidades. Trata-se da crença de que a intenção é a de conquistar um homem para depois prejudicá-lo. Mulheres que não existem para si, cuja existência é dedicada a outrem e de uma forma negativa. Esse ponto dos aspectos negativos atribuídos às mulheres, usado em alguns momentos para inclusive justificar certas violências, foram apreendidos com o trecho abaixo:

A cada homem condenado ou “familiar” que conhecia, mais claro ficava que certos traços congelavam-se nas narrativas que descaracterizavam estupros: sempre havia ao menos um(a) empreendedor(a) moral responsável pela acusação, majoritariamente mulheres, e elas(es) eram costumeiramente percebidas(os) de maneira bastante negativa: invejosas(os); loucas(os); ciumentas(os); vingativas(os); manipuladoras(es); etc. “Ela queria ficar com o meu carro”, ouvi mais de uma vez. (RANGEL, 2020, p. 51)

Isabel também falou sobre os casos em que homens são abusados e acabam se sentindo feminizados. Assim como a relação destes homens com a palavra “vítima”, em muitos casos as pessoas a recusam. O papel da vítima é de profunda vulnerabilidade, tira o poder das pessoas. Há um sentimento de desprezo. Dizer que não se é vítima torna mais fácil esquecer que viveu um crime. Para finalizar, a convidada ainda salientou a relação que se tem com quem denuncia casos de violência: é comum a penalização de quem sofre a violência e de quem faz a denúncia.

No quarto encontro, o tema discutido foi o papel da comunicação na escrita sobre violência sexual. A convidada Catarina Marques Rodrigues, jornalista e fundadora do *Gender Calling*, uma plataforma de jornalismo sobre mulheres, desigualdades e minorias, falou sobre o papel discriminante da comunicação. Para ela, a comunicação pode reforçar preconceitos ou nos fazer repensar algumas crenças. A convidada falou sobre a preferência pelo uso do termo

¹⁶ Vitimologia é o estudo da vítima quanto a sua personalidade, do ponto de vista biológico, psicológico e social, da sua proteção social e jurídica, assim como os meios de sua vitimização, sua inter-relação com o vitimizador, aspectos interdisciplinares e comparativos (EDUARDO MAYR, 1990).

“sobrevivente”, por exemplo, escolha feita em determinados países em vez de “vítima” (mais precisamente, “*survival of sexual assault*”)¹⁷. Segundo Catarina, as palavras “vítima” e “sobrevivente” são interpretadas de maneiras diferentes. A palavra “vítima” colocaria um peso na pessoa que vive o abuso, quase a resumindo ao ato. Enquanto “sobrevivente”, embora conte sobre o que aconteceu, concede à pessoa um certo poder sobre si mesma, sobre a situação ou o direcionamento que dará ao assunto.

A convidada explica que a ou o sobrevivente que passou por aquela situação foi objeto do que aconteceu, mas sobreviveu, ultrapassou aquilo. Neste mesmo tópico, foi discutida a exposição da vítima, enquanto a imagem do abusador, em geral, se mantém intacta. A isso, Catarina diz que faltam enquadramentos, faltam olhares com conhecimentos sobre o tema; não podemos tratar um caso de violência sexual como tratamos uma exposição de arte, devido à sensibilidade da questão.

Também foi comentado, durante o encontro, o cuidado de alguns meios de comunicação. Ao falar sobre violência sexual, alguns jornais disponibilizam telefones para contato de centros de ajuda para pessoas que estão passando por aquelas situações. Em outros veículos, no entanto, alguns crimes ainda são contados como casos, atribuem justificativas - como dizer que o homem tinha um quadro psiquiátrico atípico - ou contam-se detalhes a respeito da vítima ou da situação para atender um certo voyeurismo, além de expor a vítima. A convidada disse que, em alguns casos, questionam inclusive se aquilo se encaixaria ou não em uma violência. Outro aspecto ressaltado pela convidada é o de que as pessoas levam a televisão como um critério de credibilidade, o que pode nos levar a alimentar uma narrativa que, por sua vez, alimenta diversos estereótipos equivocados.

Catarina também citou caminhos para a comunicação para contribuir com esses casos, como enquadrar como violência de gênero, evitar culpabilizar a vítima, mas evitar desculpabilizar o agressor. Entender os padrões das violências, para de alguma forma prevenir novos crimes. Em geral, os agressores são homens e próximos às vítimas. Na relação de assimetria de casos e queixas, há muitos casos, mas nem todos se tornam queixas.

Já no último encontro, fechando o ciclo de debates, o tema discutido foi prevenção da violência sexual contra crianças. A convidada Vânia Beliz, psicóloga clínica e sexóloga, apontou que a prevenção da violência sexual contra as crianças é principalmente dos pais, dos responsáveis, nunca da criança. Beliz diz que é necessário acreditar nas crianças quando elas falam sobre situações de desconforto, de desinteresse. A sexóloga também comentou a respeito da falta de formação para os professores para educar as crianças e jovens para a sexualidade. Segundo ela, não devemos subestimar a capacidade das crianças de aprender, mesmo porque a sexualidade está muito além do campo da saúde. Após o encerramento do ciclo, depois de um

17 “Sobrevivente de abuso sexual”, em tradução livre.

mês participando dessas chamadas, precisei de mais um distanciamento até assimilar a experiência, para, assim, de fato e definitivamente, entrar no processo da escrita.

4. CONCLUSÃO

Acredito que, antes de mais nada, eu faria este trabalho todo novamente. Começaria desde o início. A pandemia da COVID-19 fez com que toda a experiência que eu imaginava viver tomasse contornos tais que eu jamais saberei se, de fato, as vivências aconteceriam ou se ocorreram porque em algum momento tivemos que nos afastar e viver por um longo período em isolamento. O fato é que não foi uma experiência animadora “viver o campo”. Acredito no diferencial da Antropologia como uma disciplina que vive esse momento, que se envolve e colhe frutos. Talvez isso seja de alguma forma interpretado como uma Antropologia engajada, mas não pretendo aqui tensionar nada. Apenas reconheço o papel da etnografia, não excluindo nenhum modo de fazê-la, mas registrando a frustração de não viver mais próximo do modo idealizado. Realizar este trabalho com muita dificuldade, com tão poucas trocas, interferiu diretamente naquilo que eu sentia por ele. E talvez agora posso confessar que havia um apego e uma ilusão de que eu faria algo muito melhor do que hoje apresento. A ideia de realizar algo digital sempre me soava mais frio. Desde os primeiros momentos, quando eu recebia alguma indicação de que esse poderia ser um caminho, eu hesitava. Eu não me imaginava realizando uma pesquisa dessa maneira, eu alimentava uma crença de que eu precisava sentir “na pele”. Talvez essa tenha sido uma escolha em muitos outros momentos de vida, sempre buscando sentir “de verdade”. Hoje, se eu pudesse voltar no tempo, levaria mais a sério todos os momentos em que alguém sugeriu pesquisas que envolvessem métodos on-line.

De maneira geral, busquei contextualizar a respeito do tema da violência sexual infantil e mais especificamente do abuso sexual que envolve vítimas do sexo masculino. Um dos dados que atravessaram esse trabalho foi a falta de estudos a respeito da temática. A subnotificação, falta de padronização das ferramentas de notificação e a falta de sistematização pelo poder público são outros elementos que dificultam o trabalho de pesquisadores da área. Busquei retomar alguns conceitos acionados a respeito da categoria “violência” na Antropologia, assim como os desafios metodológicos ao versar e trabalhar com um tema sensível e de pouco material produzido. Outro aspecto abordado neste trabalho é a respeito dos efeitos a curto e longo prazo na vida de vítimas masculinas de abuso sexual, bem como a perpetuação do silêncio e os efeitos nocivos tanto ao indivíduo quanto à sociedade em que o problema acontece. Desde antes da entrada ao campo, já tinha em mente que algumas categorias estariam tensionadas. Antes da pesquisa, já convivía com narrativas diferentes a respeito da categoria “vítima”, por exemplo, o que ocorreu novamente em outros momentos da pesquisa, tendo alguns interlocutores recusado essa categorização. Para finalizar, faço um breve relato da participação no ciclo de debates de uma associação portuguesa de acolhimento a homens que viveram abusos sexuais.

Agora já começo o desapegar. Não ao tema, é evidente: este trabalho reforçou meu estar na vida. Reitero que o assunto carece de produções; as pessoas, em geral, deveriam saber mais sobre o que acontece nos silêncios da vida, e coletivamente deveríamos saber mais sobre como lidar com situações que, em última instância, são humanas. Como uma ideia inicial, busquei investigar categorias como vítima, abuso, violência. Não sinto que cumpri com meu propósito inicial, sinto que apenas consegui elencar problemas, fazer uma primeira abordagem a respeito do assunto. Hoje percebo um maior comprometimento com este trabalho, muito mais profundo do que nestes últimos dois anos, em que por muitos momentos pensei em desistir. Agora, sinto o que muitos dos meus colegas, professores, amigos diziam a respeito da escrita. O processo de escrever pode ser muito prazeroso. O sofrimento maior esteve durante todo o tempo em que não escrevi. Aprender a escrever é um longo vai e vem, mas o medo de começar é às vezes paralisante. Eu não sabia por onde iniciar, entendia que não estava pronto, mas, como uma querida professora uma vez disse: “você não espera estar pronta para engravidar, você simplesmente engravida!”. De modo análogo, afirmo: você não espera estar pronto para escrever, você simplesmente escreve!

REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, Lila; REGO, Francisco Cleiton Vieira Silva do; DURAZZO, Leandro. *A Escrita contra a cultura*. Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, [S. l.], v. 5, n. 8, p. 193–226, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/15615>. Acesso em: 2 ago. 2022.

ARREOLA, Sonya; NEILANDS, Torsten; POLLACK, Lance; CATANIA, Jay Paul & Joseph. Childhood Sexual Experiences and Adult Health Sequelae Among Gay and Bisexual Men: Defining Childhood Sexual Abuse. *The Journal of Sex Research*, 45:3, 2008, p. 246-252.

BENJAMIN, Walter. Para uma crítica da violência. In: BENJAMIN, W. *Escritos sobre mito e linguagem*. Tradução de Ernani Chaves. Organização de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Editora 34; Duas Cidades, 2011. p. 121-156.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O Trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir e escrever*. Brasília/ São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp. 1998.

DAS, Veena. *Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos*. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. Revisão técn. Mariza Peirano. Revista Brasileira de Ciências Sociais, ano 14, n. 40, p. 31-42, jun. 1999.

___ “Ethics, self-knowledge, and life taken as a whole”. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, v. 8, n. 3:537-549. 2018.

EILBAUM, Lucia; SANTOS, Flavia Medeiros. Quando existe 'violência policial'? Direitos, moralidades e ordem pública no Rio de Janeiro. *Revista Dilemas IFCS-UFRJ*, v. 8, p. 407-428, 2015.

FERNANDES, Camila; RANGEL, Everton; DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; ZAMPIROLI, Oswaldo. As porosidades do consentimento. Pensando afetos e relações de intimidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro), [S.L.], n. 35, p. 165-193, ago. 2020.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HOHENDORFF, Jean Von; HABIGZANG, Luísa Fernanda; & KOLLER, Silvia Helena. Violência sexual contra meninos: dados epidemiológicos, características e consequências. *Psicologia USP*, 23 (2), 395-416. 2012.

___ “A boy, being a victim, nobody really buys that, you know?": Dynamics of sexual violence against boys, *Child Abuse & Neglect*. v. 70, 2017, p. 53-64.

HOLMES, William; SLAP, Gail. B. Sexual abuse of boys: definition, prevalence, correlates, sequelae, and management. *JAMA*. v. 2. p. 1855-62, 1998.

HACKING, Ian. Construindo tipos: o caso de abusos contra crianças. *Cadernos Pagu*, [S.L.], n. 40, p. 7-66, jun. 2013.

KRISTENSEN, Christian Haag. *Abuso sexual em meninos*. 1996. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

LOWENKRON, Laura. Consentimento e vulnerabilidade: alguns cruzamentos entre o abuso sexual infantil e o tráfico de pessoas para fim de exploração sexual*. *Cadernos Pagu*, [S.L.], n. 45, p. 225-258, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201500450225>.

MAYR, Eduardo; PIEDADE, Heitor et al. *Vitimologia em debate*. São Paulo: RT, 1990.

MISSE, Michel. "Violência e teoria social." *Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* [Online], v. 9.1, p. 45-63, 2016.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, [S.L.], v. 20, n. 42, p. 377-391, dez. 2014.

PETROSILLO, Isabela Rangel. *Esse nu tem endereço: o caráter humilhante da nudez e da sexualidade feminina em duas escolas públicas*. 2016. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

PINTO JUNIOR, Antonio Augusto. *Violência sexual doméstica contra meninos: um estudo fenomenológico*. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol. 2, n. 3, 1989.

RANGEL, Everton. Conciliação fraturada - quando o “estuprador” está dentro de casa. *Mana*, [S.L.], v. 26, n. 3, p. 1-29, dez. 2020..

_____. *Depois Do Estupro: Homens Condenados e Seus Tecidos Relacionais*. Tese De Doutorado, 2020.

RIFIOTIS, Theophilos. Violência, Justiça e Direitos Humanos: reflexões sobre a judicialização das relações sociais no campo da “violência de gênero”. *Cadernos Pagu*, [S.L.], n. 45, p. 261-295, dez. 2015.

REZENDE, Claudia Barcellos & COELHO, Maria Claudia. *Antropologia das Emoções*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

SANDERSON, Christiane. *Abuso Sexual em Crianças: Fortalecendo os pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais*. São Paulo: M. Books, 2005.

SARTI, Cynthia. A vítima como figura contemporânea. *Caderno Crh*, [S.L.], v. 24, n. 61, p. 51-61, abr. 2011.

SIMMEL, Georg. “O conflito como sociação”. Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 10, n. 30, pp. 569-574.

SOUZA, Edinilsa Ramos de; ASSIS, Simone Gonçalves Dias de e ALZUGUIR, Fernanda de Carvalho Vecchi. “Estratégias de atendimento aos casos de abuso sexual infantil: um estudo bibliográfico”. In: *Revista Brasileira de Saúde Maternal e Infantil*, v. 2, n. 2, pp. 105-116, maio, 2002.

WATKINS, Bill & BENTOVIM, Arnon. The sexual abuse of male children and adolescents: A review of current research. *Child Psychology & Psychiatry & Allied Disciplines*, v. 33, n. 1, p. 197-248. 1992.

ANEXO I**CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940 – Crime de Estupro**

Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso: (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 1º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 12 (doze) anos. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 2º Se da conduta resulta morte: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Atentado violento ao pudor (Revogado pela Lei nº 12.015, de 2009)

ANEXO II**CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940 – Crime de Assédio Sexual**

Art. 216-A. Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função. (Incluído pela Lei nº 10.224, de 15 de 2001)

Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos. (Incluído pela Lei nº 10.224, de 15 de 2001)

Parágrafo único. (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.224, de 15 de 2001)

§ 2º A pena é aumentada em até um terço se a vítima é menor de 18 (dezoito) anos. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

ANEXO III**CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940 – Crime de estupro de vulnerável.**

Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 1º Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no caput com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 2º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 3º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Pena - reclusão, de 10 (dez) a 20 (vinte) anos. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 4º Se da conduta resulta morte: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 5º As penas previstas no caput e nos §§ 1º, 3º e 4º deste artigo aplicam-se independentemente do consentimento da vítima ou do fato de ela ter mantido relações sexuais anteriormente ao crime. (Incluído pela Lei nº 13.718, de 2018)

ANEXO IV**CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940 – Exposição da intimidade sexual**

Art. 216-B. Produzir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado sem autorização dos participantes: (Incluído pela Lei nº 13.772, de 2018)

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem realiza montagem em fotografia, vídeo, áudio ou qualquer outro registro com o fim de incluir pessoa em cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo. (Incluído pela Lei nº 13.772, de 2018)